

Crefito5**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA
E TERAPIA OCUPACIONAL DA 5ª REGIÃO****ANALISTA DE CONTROLE INTERNO****TIPO 1 – BRANCA****MATERIAIS**

- Este caderno de provas é composto por cinquenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.

EMPREGO: ANALISTA DE CONTROLE INTERNO**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA****A carteira**

... De repente, Honório olhou para o chão e viu uma carteira. Abaixar-se, apanhá-la e guardá-la foi obra de alguns instantes. Ninguém o viu, salvo um homem que estava à porta de uma loja, e que, sem o conhecer, lhe disse rindo:

- Olhe, se não dá por ela; perdia-a de uma vez.
- É verdade – concordou Honório envergonhado.

Para avaliar a oportunidade desta carteira, é preciso saber que Honório tem de pagar amanhã uma dívida, quatrocentos e tantos mil-réis, e a carteira trazia o bojo recheado. A dívida não parece grande para um homem da posição de Honório, que advoga; mas todas as quantias são grandes ou pequenas, segundo as circunstâncias, e as dele não podiam ser piores. Gastos de família excessivos, a princípio por servir a parentes, e depois por agradar à mulher, que vivia aborrecida da solidão; baile daqui, jantar dali, chapéus, leques, tanta coisa mais, que não havia remédio senão ir descontando o futuro. Endividou-se. Começou pelas contas de lojas e armazéns; passou aos empréstimos, duzentos a um, trezentos a outro, quinhentos a outro, e tudo a crescer, e os bailes a darem-se, e os jantares a comerem-se, um turbilhão perpétuo, uma voragem.

- Tu agora vais bem, não? – dizia-lhe ultimamente o Gustavo C..., advogado e familiar da casa.
- Agora vou – mentiu o Honório.

A verdade é que ia mal. Poucas causas, de pequena monta, e constituintes remissos; por desgraça perdera ultimamente um processo, em que fundara grandes esperanças. Não só recebeu pouco, mas até parece que ele lhe tirou alguma coisa à reputação jurídica; em todo caso, andavam mofinas nos jornais.

Dona Amélia não sabia nada; ele não contava nada à mulher, bons ou maus negócios. Não contava nada a ninguém. Fingia-se tão alegre como se nadasse em um mar de prosperidades. Quando o Gustavo, que ia todas as noites à casa dele, dizia uma ou duas pilhérias, ele respondia com três e quatro; e depois ia ouvir os trechos de música alemã, que D. Amélia tocava muito bem ao piano, e que o Gustavo escutava com indizível prazer, ou jogavam cartas, ou simplesmente falavam de política.

Um dia, a mulher foi achá-lo dando muitos beijos à filha, criança de quatro anos, e viu-lhe os olhos molhados; ficou espantada, e perguntou-lhe o que era.

- Nada, nada.

Compreende-se que era o medo do futuro e o horror da miséria. Mas as esperanças voltavam com facilidade. A ideia de que os dias melhores tinham de vir dava-lhe conforto para a luta. Estava com trinta e quatro anos; era o princípio da carreira; todos os princípios são difíceis. E toca a trabalhar, a esperar, a gastar, a pedir fiado ou emprestado, para pagar mal, e a más horas.

A dívida urgente de hoje são uns malditos quatrocentos e tantos mil-réis de carros. Nunca demorou tanto a conta, nem ela cresceu tanto, como agora; a rigor, o credor não lhe punha a faca aos peitos; mas disse-lhe hoje uma palavra azeda, com um gesto mau, e Honório quer pagar-lhe hoje mesmo. Eram cinco horas da tarde. Tinha-se lembrado de ir a um agiota, mas voltou sem ousar pedir nada. Ao enfiar pela rua da Assembleia é que viu a carteira no chão, apanhou-a, meteu no bolso, e foi andando. Durante os primeiros minutos, Honório não pensou nada; foi andando, andando, andando, até ao largo da Carioca. No largo parou alguns instantes, enfiou depois pela rua da Carioca, mas voltou logo, e entrou na rua Uruguaiana. Sem saber como, achou-se daí a pouco no largo de São Francisco de Paula; e ainda, sem saber como, entrou em um café. Pediu alguma coisa e encostou-se à parede, olhando para fora. Tinha medo de abrir a carteira; podia não achar nada, apenas papéis e sem valor para ele. Ao mesmo tempo, e esta era a causa principal das reflexões, a consciência perguntava-lhe se podia utilizar-se do dinheiro que achara. Não lhe perguntava com o ar de quem não sabe, mas antes com uma expressão irônica e de censura. Podia lançar mão do dinheiro, e ir pagar com ele a dívida? Eis o ponto. A consciência acabou por lhe dizer que não podia, que devia levar a carteira à polícia, ou anunciá-la; mas tão depressa acabava de lhe dizer isto, vinham os apuros da ocasião, e puxavam por ele, e convidavam-no a ir pagar a cocheira. Chegavam mesmo a dizer-lhe que, se fosse ele que a tivesse perdido, ninguém iria entregar-lha; insinuação que lhe deu ânimo.

Tudo isso antes de abrir a carteira. Tirou-a do bolso, finalmente, mas com medo, quase às escondidas; abriu-a, e ficou trêmulo. Tinha dinheiro, muito dinheiro; não contou, mas viu duas notas de duzentos mil-réis, algumas de cinquenta e vinte; calculou uns setecentos mil-réis ou mais; quando menos, seiscentos. Era a dívida paga; eram menos algumas despesas urgentes. Honório teve tentações de fechar os olhos, correr à cocheira, pagar, e, depois de paga a dívida, adeus; reconciliar-se-ia consigo. Fechou a carteira, e, com medo de a perder, tornou a guardá-la.

Mas daí a pouco tirou-a outra vez, e abriu-a, com vontade de contar o dinheiro. Contar para quê? Era dele? Afinal venceu-se e contou: eram setecentos e trinta mil-réis. Honório teve um calafrio. Ninguém viu, ninguém soube; podia ser um lance da fortuna, a sua boa sorte, um anjo... Honório teve pena de não crer nos anjos... Mas por que não havia de crer neles? E voltava ao dinheiro, olhava, passava-o pelas mãos; depois, resolvia o contrário, não usar do achado, restituí-lo. Restituí-lo a quem? Tratou de ver se havia na carteira algum sinal.

“Se houver um nome, uma indicação qualquer, não posso utilizar-me do dinheiro”, pensou ele.

Esquadrinhou os bolsos da carteira. Achou cartas, que não abriu, bilhetinhos dobrados, que não leu, e por fim um cartão de visita; leu o nome; era do Gustavo. Mas então, a carteira?... Examinou-a por fora, e pareceu-lhe efetivamente do amigo. Voltou ao interior; achou mais dous cartões, mais três, mais cinco. Não havia duvidar; era dele.

A descoberta entristeceu-o. Não podia ficar com o dinheiro, sem praticar um ato ilícito, e, naquele caso, doloroso ao seu coração porque era em dano de um amigo. Todo o castelo levantado esboroou-se como se fosse de cartas. Bebeu a última gota de café, sem reparar que estava frio. Saiu, e só então reparou que era quase noite. Caminhou para casa. Parece que a necessidade ainda lhe deu uns dous empurrões, mas ele resistiu.

“Paciência”, disse ele consigo; “verei amanhã o que posso fazer”.

Chegando a casa, já ali achou o Gustavo, um pouco preocupado, e a própria D. Amélia o parecia também. Entrou rindo, e perguntou ao amigo se lhe faltava alguma coisa.

– Nada.

– Nada?

– Por quê?

– Mete a mão no bolso; não te falta nada?

– Falta-me a carteira – disse o Gustavo sem meter a mão no bolso –. Sabes se alguém a achou?

– Achei-a eu – disse Honório entregando-lha.

Gustavo pegou dela precipitadamente, e olhou desconfiado para o amigo. Esse olhar foi para Honório como um golpe de estilete; depois de tanta luta com a necessidade, era um triste prêmio. Sorriu amargamente; e, como o outro lhe perguntasse onde a achara, deu-lhe as explicações precisas.

– Mas conheceste-a?

– Não; achei os teus bilhetes de visita.

Honório deu duas voltas, e foi mudar de *toilette* para o jantar. Então Gustavo sacou novamente a carteira, abriu-a, foi a um dos bolsos, tirou um dos bilhetinhos, que o outro não quis abrir nem ler, e estendeu-o a D. Amélia, que, ansiosa e trêmula, rasgou-o em trinta mil pedaços: era um bilhetinho de amor.

(ASSIS, J. M. M. *Várias Histórias*. Rio de Janeiro: Garnier, 1896. Disponível em: <https://machadodeassis.net/texto/a-carteira/>. Acesso em: fevereiro de 2026.)

Questão 01

No desfecho do conto, a reação de Gustavo ao receber a carteira e o ato subsequente de Dona Amélia ao rasgar o bilhete revelam uma ironia estrutural na narrativa. Sobre esse encerramento, assinale a afirmativa correta.

- A) A honestidade de Honório é recompensada com a gratidão de Gustavo, o que resolve o conflito moral estabelecido desde o achado do objeto.
- B) O retorno da carteira promove uma reconciliação plena entre os personagens, uma vez que o valor monetário devolvido supera a importância subjetiva dos papéis nela contidos.
- C) A destruição do bilhete por Dona Amélia sugere que o verdadeiro prejuízo de Gustavo com a perda da carteira não era financeiro, mas o risco de exposição de sua conduta privada.
- D) O “golpe de estilete” sentido por Honório ao ser olhado com desconfiança simboliza a amargura de descobrir que sua integridade foi insuficiente para preservar sua honra familiar.

Questão 02

No trecho “[...] se podia utilizar-se do dinheiro que achara” (12º§), a transposição do termo em destaque para a voz passiva analítica, mantendo a estrita correspondência morfológica, resulta em:

- A) [...] que se achara.
- B) [...] que foi achado.
- C) [...] que fora achado.
- D) [...] que tinha sido achado.

Questão 03

A economia narrativa de Machado de Assis articula o conflito ético do protagonista por meio de uma dialética entre a consciência moral e a premência das necessidades materiais. A partir da análise dos processos reflexivos de Honório diante do achado, depreende-se que:

- A) A consciência de Honório é apresentada como um baluarte de valores inamovíveis, o que impede que os “apuros da ocasião” exerçam influência real sobre o seu processo decisório.
- B) A decisão de restituir o objeto configura-se como o ápice de um processo de ascensão ética, no qual o personagem reconhece que a “fortuna” é um conceito incompatível com a sua reputação jurídica.
- C) A hesitação de Honório em abrir a carteira reflete uma crença inabalável no providencialismo, sendo a descoberta do nome de Gustavo interpretada por ele como uma validação divina de sua honestidade.
- D) O dilema moral do personagem transmuta-se de uma ponderação sobre a legalidade abstrata para um imperativo de ordem afetiva, evidenciando que a sua integridade está vinculada à particularização da vítima.

Questão 04

No conto “A carteira”, a organização das informações obedece a uma hierarquia que permite distinguir o núcleo temático dos elementos de suporte narrativo. Sobre essa hierarquia, assinale a afirmativa correta.

- A) O conflito central reside na exploração do dilema moral do protagonista; detalhes como a localização geográfica e o valor contido na carteira funcionam como informações secundárias.
- B) A narração do achado físico da carteira constitui o núcleo principal do trecho inicial, sendo a detalhada explanação sobre as dívidas e os gastos familiares de Honório uma digressão secundária.
- C) O núcleo central do texto é a descrição da situação financeira de Honório, sendo a descoberta final sobre o bilhete de Gustavo uma informação acessória que serve para encerrar a narrativa.
- D) A tese principal defendida pelo narrador é que a honestidade prevalece sobre a necessidade, sendo os diálogos internos de Honório informações de menor importância para a compreensão do desfecho.

Questão 05

Sobre as estruturas linguísticas presentes no texto “A carteira”, analise as afirmativas a seguir.

- I. No segmento “[...] trechos de música alemã, que D. Amélia tocava muito bem ao piano, e que o Gustavo escutava com indizível prazer, [...]” (8º§), o segundo pronome relativo destacado retoma sintaticamente o substantivo “piano”, termo imediatamente anterior, visando evitar a sua repetição.
- II. No período “A dívida não parece grande para um homem da posição de Honório, que advoga; mas todas as quantias são grandes ou pequenas, [...]” (4º§), o ponto e vírgula é empregado para separar orações coordenadas, conferindo uma pausa que enfatiza a relação de oposição introduzida pela conjunção adversativa.
- III. Na construção “Fingia-se tão alegre como se nadasse em um mar de prosperidades.” (8º§), a locução destacada estabelece uma relação lógico-discursiva de conformidade, indicando que o comportamento de Honório estava em harmonia com sua real situação financeira.
- IV. No trecho “[...] a consciência perguntava-lhe se podia utilizar-se do dinheiro que achara.” (12º§), o vocábulo destacado classifica-se como uma conjunção integrante, introduzindo uma oração subordinada substantiva que exerce a função de objeto direto.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 06

No 7º§, ao descrever a crise financeira de Honório, o narrador utiliza o seguinte vocabulário: “Poucas causas, de pequena monta, e constituintes remissos; por desgraça perdera ultimamente um processo, [...]”. Considerando o contexto, o termo “remissos” indica que os clientes de Honório eram:

- A) Morosos.
- B) Indulgentes.
- C) Inexistentes.
- D) Escrupulosos.

Questão 07

Considere o emprego do acento grave e as relações de regência nas seguintes passagens do texto:

- I. No trecho “[...] *por agradar à mulher* [...]” (4º§), o uso da crase é obrigatório, uma vez que o verbo “*agradar*”, no sentido de ser aprazível, rege a preposição “*a*”, que se funde ao artigo definido feminino exigido pelo substantivo “*mulher*”.
- II. Na frase “[...] *que o Gustavo escutava com indizível prazer* [...]” (8º§), caso o substantivo “*prazer*” fosse substituído por “*satisfação*”, a redação correta, mantendo-se a preposição exigida pelo contexto, seria “*com indizível à satisfação*”.
- III. Em “[...] *ia todas as noites à casa dele*, [...]” (8º§), a ocorrência da crase é facultativa, visto que a palavra “*casa*”, independentemente de estar especificada ou determinada, não admite obrigatoriamente a anteposição do artigo definido feminino.
- IV. No segmento “[...] *encostou-se à parede* [...]” (12º§), o acento grave marca a junção da preposição “*a*” (exigida pela regência do verbo “*encostar*”) com o artigo definido; se o termo “*parede*” fosse substituído por “*muro*”, a forma resultante seria “*ao muro*”.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 08

No decorrer do texto, o autor se vale do uso de diferentes posições de pronomes oblíquos átonos por distintas razões. Diante disso, assinale a alternativa que justifica corretamente a posição do pronome destacado em relação ao verbo no trecho, considerando a norma-padrão do português.

- A) Em “[...] *não lhe punha a faca aos peitos*; [...]” (12º§), a colocação do pronome “*lhe*” é facultativa devido à distância entre o advérbio de negação e o verbo.
- B) No segmento “[...] *que lhe deu ânimo*.” (12º§), a próclise do pronome destacado é exigida pela presença do pronome relativo “*que*”, que atua como fator de atração obrigatória.
- C) Na construção “*Abaixar-se, apanhá-la e guardá-la* [...]” (1º§), a posição do pronome “*se*” é facultativa, podendo o autor optar pela próclise por se tratar de um verbo no infinitivo.
- D) Em “[...] *ninguém iria entregar-lha*; [...]” (12º§), a ênclise é obrigatória por se tratar de uma locução verbal com verbo no infinitivo, mesmo com a presença do pronome indefinido “*ninguém*”.

Questão 09

No trecho “*Todo o castelo levantado esboroou-se como se fosse de cartas*.” (17º §), o autor utiliza um recurso expressivo para intensificar a percepção do leitor sobre a frustração de Honório. Sobre a construção dessa imagem, é correto afirmar que ocorre uma:

- A) Hipérbole.
- B) Metonímia.
- C) Prosopopeia.
- D) Comparação.

Questão 10

Análise a acentuação gráfica das palavras extraídas do texto e marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Os vocábulos “*música*”, “*política*” e “*irônica*” seguem a regra geral das proparoxítonas.
- () As palavras “*Honório*”, “*Amélia*” e “*família*” são acentuadas pela mesma razão gramatical.
- () Em “*apanhá-la*” e “*guardá-la*”, o acento justifica-se por serem palavras paroxítonas terminadas em “*-a*”.
- () O termo “*difícil*” recebe acento gráfico por ser uma oxítônica terminada em “*-l*”, assim como “*fácil*” e “*móvel*”.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, F.
- B) V, F, F, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, V, V, V.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Questão 11**

Durante uma ação itinerante do Crefito, registrou-se o número de denúncias analisadas por plantão jurídico ao longo de determinado período. Ao todo, foram considerados 40 plantões realizados em diferentes municípios. A distribuição do número de denúncias analisadas por plantão está apresentada na tabela a seguir:

Nº de denúncias analisadas	1	2	3	4	5	6
Quantidade de plantões	5	7	8	10	6	4

Com base nesses dados, qual é a mediana do número de denúncias analisadas por plantão?

- A) 3.
- B) 3,5.
- C) 4.
- D) 4,5.

Questão 12

Um fisioterapeuta possui registro no Crefito e organiza sua carga horária semanal da seguinte forma:

- 70% do tempo é dedicado aos atendimentos clínicos; e
- 30% do tempo é destinado a atividades administrativas vinculadas ao Conselho.

Durante os atendimentos clínicos, 5% das horas correspondem ao preenchimento de relatórios técnicos exigidos pelo Conselho. Já nas atividades administrativas, 4% das horas correspondem a funções de coordenação interna. Considerando a carga horária total do fisioterapeuta por semana, a porcentagem total destinada a atividades de coordenação interna e preenchimento de relatórios é:

- A) 3,9%.
- B) 4,2%.
- C) 4,5%.
- D) 4,7%.

Questão 13

Sabe-se que no setor de fiscalização do Crefito há 7 fiscais em exercício – 2 deles atuam na área administrativa e os demais atuam exclusivamente em atividades externas. Será formada, aleatoriamente, uma comissão com 4 fiscais para participar de uma operação especial de vistoria. Qual é a probabilidade de que a comissão escolhida seja composta apenas por fiscais que atuam exclusivamente em atividades externas?

- A) $1/7$.
- B) $2/7$.
- C) $3/7$.
- D) $5/7$.

Questão 14

Durante a digitalização dos arquivos físicos, o Crefito e numerou sequencialmente todos os pareceres técnicos emitidos em determinado ano, iniciando no número 1 e encerrando no número 542. Observe, por exemplo, que o número 122 utiliza três algarismos. Com base nessas informações, quantos algarismos foram utilizados, no total, para enumerar todos os pareceres de 1 até 542?

- A) 1.476.
- B) 1.518.
- C) 1.568.
- D) 1.602.

Questão 15

Durante uma reorganização interna no Crefito, cinco servidores – Helena, Marcos, Patrícia, Roberto e Simone – foram distribuídos em cinco gabinetes numerados de 1 a 5, posicionados em linha reta, da esquerda para a direita. Sabe-se que:

- Patrícia ocupa o gabinete 3;
- Marcos está em um gabinete imediatamente ao lado de Patrícia;
- Roberto está à esquerda de Simone; e
- O gabinete de Helena fica imediatamente à esquerda do de Roberto.

Se cada gabinete foi ocupado por apenas um único servidor, em qual gabinete se encontra Simone?

- A) 1.
B) 2.
C) 4.
D) 5.

INFORMÁTICA**Questão 16**

Durante a reorganização de documentos institucionais, um servidor utiliza o Explorador de Arquivos no *Windows 10 Pro*. Ele realiza as seguintes ações:

1. Arrasta um arquivo da unidade C: para outra pasta também localizada na unidade C;;
2. Arrasta o mesmo arquivo da unidade C: para a unidade D;;
3. Arrasta o arquivo mantendo a tecla *Ctrl* pressionada; e
4. Arrasta o arquivo mantendo a tecla *Shift* pressionada.

Considerando o comportamento padrão do *Windows 10 Pro* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil) ao utilizar a função de “arrastar e soltar” no Explorador de Arquivos, é correto afirmar que:

- A) O arraste entre pastas da mesma unidade realiza movimentação; o arraste para unidade diferente realiza cópia; a tecla *Ctrl* força cópia; a tecla *Shift* força movimentação.
- B) O arraste entre pastas da mesma unidade realiza cópia; o arraste para unidade diferente realiza movimentação; a tecla *Ctrl* força movimentação; a tecla *Shift* força cópia.
- C) O arraste entre pastas da mesma unidade cria atalho; o arraste para unidade diferente realiza cópia; a tecla *Ctrl* mantém comportamento automático; a tecla *Shift* cria duplicação controlada.
- D) O arraste entre pastas da mesma unidade realiza movimentação; o arraste para unidade diferente realiza cópia; a tecla *Ctrl* cria vínculo permanente; a tecla *Shift* converte o arquivo para formato do diretório de destino.

Questão 17

Considere a seguinte planilha no Excel 2019 (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil):

	A	B	C	D	E
1		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
2	% Reajuste	5%	6%	4%	8%
3	Valor Base	R\$ 1.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.000,00
4	Valor Final				

O objetivo é calcular, na linha 4, o valor final reajustado de cada mês, multiplicando o Valor Base (linha 3) pelo percentual correspondente da linha 2. A fórmula será inserida inicialmente na célula B4 e depois arrastada até a célula E4. Para que o preenchimento automático horizontal mantenha comportamento correto das referências ao ser arrastado para a direita, a fórmula adequada a ser inserida em B4 é:

- A) =B3+(B3*B2)
- B) =B3+(B3/B2)
- C) =B3+(B3*\$B\$2)
- D) =MULT(B3+(B3:\$B\$2))

Questão 18

Um boletim informativo institucional utiliza duas colunas apenas em parte do documento, mantendo o restante em coluna única, conforme apresentado na imagem:

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Duis hendrerit aliquet eleifend. Morbi non nibh urna. Morbi dignissim augue ut commodo consequat. Duis auctor tempus nisi nec vestibulum. Nullam leo erat, malesuada sed magna vel, viverra aliquam ipsum. Interdum et malesuada fames ac ante ipsum primis in faucibus. Mauris ultricies cursus orci. Aliquam eu malesuada ipsum. Morbi a nisi quis urna vehicula porta at non odio. Praesent fermentum tristique sem quis ullamcorper. Donec eget arcu convallis, dapibus turpis sed, consequat nisi. Morbi pellentesque neque eget erat sollicitudin, a porttitor nibh sollicitudin. Quisque eget felis orci.

Fusce rhoncus orci id ligula elementum, sed lobortis dolor placerat. Praesent quis tortor eros. Integer luctus non leo ac volutpat. Proin dapibus id neque et aliquam. Cras dignissim blandit malesuada. Proin ex ante, imperdiet non dolor vel, maximus tristique dui. Vestibulum posuere ex ut nulla vehicula condimentum. Vestibulum quis urna id purus convallis pellentesque. Nam aliquet quam est, non auctor velit pharetra quis. Ut nec tincidunt ex. Donec et pharetra dui.

Suspendisse potenti. Cras hendrerit, sem id vulputate vestibulum, lacus eros aliquet mi, eget malesuada tortor libero vitae turpis. Aenean nec ex eu tellus suscipit dictum. Etiam maximus mauris eget nulla tempor, a interdum ipsum auctor. Phasellus arcu eros, blandit tempor metus ut, porta placerat velit. Suspendisse in massa id nibh tempor aliquet at congue leo. Quisque at urna eget magna maximus mollis sit amet sit amet nulla. Interdum et malesuada fames ac ante ipsum primis in faucibus.

Sed rhoncus sapien vitae turpis molestie, ut egestas ex bibendum. Phasellus eget magna quis odio egestas commodo a non sapien. Curabitur convallis leo tristique magna ullamcorper, non gravida lorem posuere. Duis sit amet pulvinar libero, nec bibendum dolor. Mauris rutrum sem at suscipit pulvinar. Phasellus sed volutpat eros, a venenatis dui. Nulla id lacinia lorem. Nam ornare lobortis sapien, ut commodo libero rhoncus id. Phasellus iaculis egestas odio tincidunt sodales. Etiam vitae tristique tortor. Mauris a eleifend sem, hendrerit molestie ligula. Ut vestibulum sapien id nibh malesuada mollis. Vivamus blandit mattis sagittis. Cras vitae ante et mi scelerisque aliquet quis tristique arcu.

Considerando a utilização do **Microsoft Word (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil)**, para aplicar colunas apenas em trechos específicos do texto, o procedimento adequado é:

- A) Inserir caixa de texto com configuração em colunas e posicioná-la sobre o conteúdo existente.
- B) Utilizar recurso de tabulação avançada para simular a distribuição do texto em múltiplas colunas.
- C) Selecionar o trecho desejado e aplicar formatação em colunas com uso de quebra de seção contínua.
- D) Aplicar formatação em colunas ao documento inteiro e ajustar manualmente o alinhamento dos parágrafos.

Questão 19

A secretaria do Crefito realizou uma pesquisa na **Internet** sobre golpes aplicados por meio de engenharia social. Para evitar resultados relacionados a filmes com o mesmo termo, a equipe decidiu utilizar recursos do mecanismo de busca para localizar a expressão exata – engenharia social – e excluir conteúdos relacionados a filmes. Considerando o uso adequado de operadores de pesquisa em mecanismos como o **Google**, a sintaxe mais apropriada para atender aos critérios definidos é:

- A) engenharia social -filme
- B) "engenharia social" -filme
- C) engenharia + social NOT filme
- D) engenharia E social NOT filme

Questão 20

Um administrador de rede utiliza a estratégia de **Backup 3-2-1** e realiza um ciclo semanal de cópias. Na segunda-feira, realiza um **backup completo (Full)**. De terça a sexta, realiza **backups** diferenciais. Considerando o cenário hipotético descrito, analise as afirmativas a seguir.

- I. Caso ocorra um desastre na quinta-feira à tarde, o administrador precisará de apenas duas fitas/arquivos para a restauração completa: o **backup** de segunda-feira (**Full**) e o **backup** de quinta-feira (diferencial).
- II. O **backup** diferencial de quarta-feira armazena apenas os arquivos que foram alterados desde o **backup** de terça-feira, tornando o processo de gravação mais rápido do que o **backup** incremental.
- III. A estratégia 3-2-1 implica manter três cópias dos dados, em dois tipos de mídias diferentes, sendo pelo menos uma cópia armazenada fora do local de origem (**offsite**).

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DE DIREITO**Questão 21**

A Constituição Federal de 1988 consagra um amplo catálogo de direitos e garantias fundamentais, especialmente no art. 5º, assegurando direitos relacionados à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. Considerando a disciplina constitucional desses direitos, assinale a afirmativa correta.

- A) O direito à igualdade impede qualquer forma de tratamento jurídico diferenciado entre pessoas.
- B) O direito à vida possui caráter absoluto, não admitindo qualquer tipo de restrição constitucional.
- C) Os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal aplicam-se exclusivamente aos cidadãos brasileiros, não alcançando estrangeiros residentes no país.
- D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, possuem natureza equivalente à de emenda constitucional.

Questão 22

No âmbito da organização administrativa, a Administração Pública pode estruturar suas atividades mediante mecanismos de centralização, descentralização, concentração e desconcentração, além de atuar por meio de entidades integrantes da Administração indireta. Considerando essas categorias e, ainda, o regime jurídico das entidades administrativas, assinale a afirmativa correta.

- A) As empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a Administração direta, possuindo personalidade jurídica de direito privado.
- B) A desconcentração administrativa consiste na transferência da titularidade e da execução de determinada atividade administrativa para outra pessoa jurídica.
- C) A descentralização administrativa ocorre quando há distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, mediante criação de órgãos administrativos.
- D) As autarquias integram a Administração indireta e são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei para o desempenho de atividades típicas da Administração Pública, insuscetíveis de desempenho sob regime de direito privado.

Questão 23

Determinado município contratou, diretamente, uma empresa para prestar consultoria tributária, com fundamento em inexigibilidade de licitação, alegando notória especialização. Em auditoria posterior, verificou-se que o processo não continha justificativa de preço nem razão da escolha do contratado, e que parte relevante do serviço foi executada por empresa subcontratada. Considerando Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a afirmativa correta.

- A) Eventual irregularidade gera responsabilidade apenas do agente público, não podendo o contratado responder solidariamente.
- B) A contratação é válida, pois a inexigibilidade para serviços técnicos especializados dispensa a formalização completa do processo administrativo.
- C) A contratação é válida, pois a Administração possui discricionariedade para dispensar documentos quando reconhecer a notória especialização do contratado.
- D) A contratação é irregular, pois nas contratações por inexigibilidade para serviços técnicos especializados é vedada a subcontratação de empresas ou profissionais distintos daqueles que justificaram a inexigibilidade.

Questão 24

Samuel, delegado titular da Delegacia de Entorpecentes, foi alvo de correição administrativa. Constatou-se que ele deixou diversos boletins de ocorrência sem andamento; manteve grande quantidade de drogas apreendidas armazenadas por anos sem incineração; não deu destinação adequada a armas e objetos apreendidos; e frequentava a academia durante o horário de expediente utilizando veículo oficial, agindo com negligência e desorganização funcional. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Samuel praticou:

- A) Peculato.
- B) Concussão.
- C) Fato atípico.
- D) Prevaricação.

Questão 25

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa (LIA) – Lei nº 8.429/1992, considerando as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as afirmativas a seguir.

- I. Para a configuração dos atos de improbidade administrativa previstos nos arts. 9º, 10 e 11 da LIA, exige-se a presença do elemento subjetivo dolo, não sendo admitida a modalidade culposa.
- II. A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa pela Lei nº 14.230/2021 não se aplica às condenações transitadas em julgado, em respeito à garantia da coisa julgada.
- III. São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na LIA.
- IV. O novo regime prescricional introduzido pela Lei nº 14.230/2021 possui natureza irretroativa, aplicando-se apenas a partir da publicação da nova lei.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III, IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**Questão 26**

Lucas, fisioterapeuta, requereu e obteve o registro secundário no Crefito do estado do Paraná, mantendo seu registro principal no Crefito-5. No ano vindouro, Lucas surpreendeu-se com dois boletos de anuidade: um do Crefito de origem e outro da Regional do Paraná. Irresignado, ele interpõe recurso administrativo alegando que houve um equívoco nas cobranças, a considerar a previsão regulamentar do COFFITO sobre o assunto. Conforme as regras constantes da Resolução COFFITO nº 433/2013, e, ainda, sobre os registros secundários e suas consequências, assinale a afirmativa correta.

- A) O fisioterapeuta poderá optar a qual dos Crefitos pagará a anuidade integral para o ano correspondente.
- B) Lucas estará integralmente isento da anuidade no Crefito do Paraná, pagando somente o custo de expedição da carteira; logo, havendo o provimento do recurso interposto.
- C) É lícita a cobrança de ambas as anuidades, e o valor regulamentar da anuidade do Crefito secundário corresponderá ao da anuidade cobrada pelo Conselho Regional de origem (Crefito-5).
- D) O recurso não deve prosperar, sendo devidas ambas as anuidades. A anuidade referente ao registro secundário corresponde a vinte e cinco por cento do valor da anuidade estabelecida para o Sistema.

Questão 27

Ricardo, fisioterapeuta recém-contratado por uma clínica multidisciplinar, decide investir na divulgação de seus serviços para aumentar o fluxo de pacientes. Ele elabora um material impresso em formato de “volante” (panfleto) para ser distribuído em semáforos próximos à clínica. O material contém: seu nome completo, número do Crefito, a especialidade em fisioterapia esportiva, o logotipo da clínica (desenho estilizado do corpo humano em movimento) e o contato de uma nutricionista parceira que atende no mesmo local, caracterizando um anúncio conjunto. Com base na Resolução COFFITO nº 08/1978, a conduta de Ricardo está:

- A) Incorreta, uma vez que é vedada a divulgação por meio de volantes, bem como a participação em anúncios mistos com profissionais de outras categorias.
- B) Incorreta apenas no que tange ao anúncio com a nutricionista, sendo permitida a distribuição de volantes, desde que o texto se limite aos dados de identificação profissional.
- C) Incorreta somente no que se refere ao uso do logotipo com desenho do corpo humano, dada a preocupação regimental expressa com o prestígio e conceito das profissões.
- D) Correta, pois não há vedação regulamentar quanto às condutas de Ricardo, ao qual está assegurada a divulgação de sua especialidade e parcerias clínicas, sob a condição de informar seu número de inscrição no Crefito.

Questão 28

Determinada terapeuta ocupacional, residente em Porto Alegre e inscrita no Crefito-5, é convidada a prestar serviços de consultoria técnica diária para uma ONG em Minas Gerais (circunscrição diversa), cujo contrato prevê duração contínua dos serviços por seis meses. Sabe-se que ela manterá sua clínica em Porto Alegre funcionando aos fins de semana. À luz da Resolução COFFITO nº 433/2013, a terapeuta ocupacional:

- A) Precisar transferir totalmente o seu registro para Minas Gerais, dada a vedação para atuar em mais de um Conselho Regional concomitantemente.
- B) Deverá requerer um registro secundário no Crefito de Minas Gerais para o exercício cumulativo da profissão, pois sua atividade na circunscrição mineira ultrapassa noventa dias.
- C) Terá exigido o registro secundário em caso de ser responsável técnica de clínica ou instituição congênere em Minas Gerais, sendo desnecessário o registro secundário para prestações de serviços ou consultorias.
- D) Terá o dever de comunicar sobre o serviço ao Crefito-5 por *e-mail*, ressaltando-se que a atuação por até doze meses em regiões diversas da original configura-se em exercício eventual e temporário, estando a profissional isenta de novo registro.

Questão 29

No contexto de respeito à dignidade da pessoa humana, considerando que a Resolução COFFITO nº 546/2021 estabeleceu premissas rigorosas para o uso do nome social no âmbito dos Crefitos e COFFITO, assinale a afirmativa correta.

- A) A emissão de novo cartão de identidade profissional com a inserção do nome social ensejará a cobrança de taxa de expedição, não havendo hipótese de isenção de emolumentos por resultar em renúncia de receita.
- B) O profissional poderá requerer o uso do nome social no momento da inscrição primária (primeiro registro). Os pedidos posteriores de alteração dependerão de decisão judicial que determine a mudança do registro em cartório.
- C) A possibilidade de uso do nome social é restrita aos profissionais inscritos, pois o planejamento logístico ainda não permite sua utilização nos registros funcionais e/ou documentos de trabalhadores terceirizados e dos usuários dos serviços ofertados pelos Crefitos.
- D) Em caso de divergência entre o nome social e o nome de registro civil, o prenome escolhido deverá vir acompanhado do registro civil em todos os atos para emissão de documentos externos; sendo obrigatória a inscrição “registrado(a) civilmente como”, de modo a identificar a relação civil.

Questão 30

A Lei nº 6.316/1975 estabelece a “espinha dorsal” normativa para o funcionamento do COFFITO e dos Crefitos. No que tange à referida Lei quanto à natureza jurídica e às atribuições dos Conselhos em questão, e, ainda, em respeito às regras da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) O mandato dos membros dos Conselhos Regionais é de cinco anos, permitida uma recondução pela Lei Federal nº 6.316/1975.
- B) Os Conselhos são órgãos da Administração Pública direta, dotados de personalidade jurídica de direito público, cabendo ao COFFITO julgar, originariamente, as infrações éticas profissionais.
- C) Compete aos Conselhos Regionais expedir a carteira de identidade profissional, assegurado o livre exercício das respectivas profissões em todo o território nacional somente ao portador do referido documento.
- D) Dentre outras fontes, a renda do Conselho Federal é constituída por trinta por cento da arrecadação de anuidades e taxas de cada Conselho Regional, exceto emolumentos e multas e cujos repasses são mensais.

Questão 31

Com a edição da Portaria COFFITO nº 333/2024, que regula os procedimentos para o registro de título de especialista profissional obtido por meio de pós-graduação de caráter *lato sensu* e apostilamento acadêmico, houve readequações procedimentais no Sistema COFFITO/Crefitos. Em relação aos termos da referida Portaria, assinale a afirmativa correta.

- A) O registro acadêmico de pós-graduação passa a ser realizado em larga escala pelos Crefitos, mediante pagamento de taxa federal para o COFFITO.
- B) Com a publicação e publicização da Portaria junto aos Crefitos, está assegurada ao COFFITO a realização do apostilamento de títulos de pós-graduação acadêmica *stricto sensu*.
- C) Ao Departamento de Registro, Especialidades e Títulos do COFFITO tornou-se obrigatória a rejeição de qualquer pedido de registro profissional, cuja competência foi transmitida para o Ministério da Educação.
- D) Para a análise e obtenção de registro pelo COFFITO nas hipóteses de profissionais que tenham concluído pós-graduação sob a égide antiga (antes de 2010), é obrigatório que o curso *lato sensu* tenha sido iniciado após a conclusão da graduação.

Questão 32

Sérgio, terapeuta ocupacional, cometeu uma infração ética grave em atividade profissional na circunscrição de seu registro secundário. Com respeito à ampla defesa, o processo tramitou e ele foi condenado administrativamente, com trânsito em julgado. Chegando o período de eleições para os cargos dos Conselhos Regionais, Sérgio alega que possui direito a voto, tanto no Crefito de origem quanto no secundário. Considerando a Resolução COFFITO nº 433/2013, assinale a afirmativa correta.

- A) Sérgio detém o direito a voto em ambos os Conselhos Regionais, assim previsto na Resolução, em respeito à universalidade tributária (anuidade dupla).
- B) Após o trânsito em julgado, a sanção se estende apenas ao Crefito em cuja área de abrangência ocorreu a respectiva infração ética, cabendo ao seu presidente comunicar o fato ao Crefito de origem.
- C) O Crefito competente para julgar a infração ética é o da área de seu cometimento. Quanto ao pleito eleitoral, o direito de Sérgio para votar e ser votado fica adstrito unicamente ao Crefito de origem.
- D) O processo administrativo tramita no Crefito de origem do profissional. Sobre o direito de voto, Sérgio poderá exercê-lo apenas no Crefito de origem, dada a sua condenação por infração ética cometida na área abrangida pelo Crefito de registro secundário.

Questão 33

Marcelo é fisioterapeuta e professor universitário com dedicação exclusiva, titular de disciplinas não relacionadas à profissão. Ele decide que não exercerá mais a fisioterapia, em nenhuma modalidade, por tempo indeterminado, desejando cessar o pagamento de anuidades. Em conformidade à Resolução COFFITO nº 08/1978, é correto afirmar que Marcelo:

- A) Apenas obterá, regimentalmente, a suspensão do pagamento de anuidades em caso de comprovação de acometimento por moléstia grave ou incurável.
- B) Deve requerer a baixa do registro mediante devolução dos documentos de identidade profissional, declarando a inatividade em documento que contenha sua data de início e motivos.
- C) Poderá pedir isenção de anuidade sem abdicar de seus documentos de identidade, pois sua condição de docente universitário é abrangida por convênio regimental entre o COFFITO e o Ministério da Educação, que permitirá a manutenção do registro ativo do profissional.
- D) Terá direito ao encerramento voluntário, solicitando a baixa do registro profissional mediante comprovação da inatividade por meio de certidão negativa de inscrição no ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) ou do encerramento do contrato de trabalho, anotado em CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social).

Questão 34

Gustavo, fisioterapeuta regularmente inscrito no Crefito de sua circunscrição, atua como responsável técnico em duas clínicas privadas de reabilitação. Recentemente, foi convidado para assumir a Responsabilidade Técnica da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no município onde reside e, também, de um Centro Esportivo de alto rendimento. A administração de uma das clínicas onde Gustavo já atuava, de forma unilateral e sem consultá-lo, decidiu reduzir o quadro de fisioterapeutas plantonistas visando redução de custos, mantendo o mesmo volume de pacientes atendidos. Diante das normas que regem a Responsabilidade Técnica no âmbito do Sistema COFFITO/Crefitos e, ainda, com base na Resolução COFFITO nº 37/1984 – Regulamento para registro de empresas nos Crefitos, assinale a afirmativa correta.

- A) Gustavo poderá aceitar ambos os convites, totalizando a responsabilidade técnica pelas quatro entidades, desde que comprove compatibilidade de horários perante o Crefito.
- B) Na hipótese de Gustavo sofrer um impedimento temporário para o exercício profissional por um período de quinze dias, sua responsabilidade técnica cessa automaticamente, devendo a empresa substituí-lo em quarenta e oito horas.
- C) Tomando conhecimento da redução do quadro de profissionais na clínica, Gustavo deverá denunciar o fato ao Crefito, sob pena de responder perante o Conselho pelo ato da administração da clínica que contrariou a Resolução em questão.
- D) Se Gustavo decidir transferir sua residência de forma definitiva para outro estado, a responsabilidade técnica que desempenha nas entidades permanecerá até a contratação de novo responsável técnico que o substitua, o que deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias.

Questão 35

No que tange aos procedimentos de registro profissional e à validade dos atos administrativos de habilitação perante o Crefito e, ainda, à luz da Resolução COFFITO nº 468/2016 e dos princípios do Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta.

- A) A anotação de transferência e da inscrição secundária no corpo do diploma original é requisito de validade para que o profissional possa exercer suas atividades em circunscrição diversa daquela onde realizou o registro inicial.
- B) O profissional que obtém o registro sem a apresentação imediata do diploma, fundamentado no protocolo da certidão de colação de grau, goza de isenção temporária da anuidade até a efetiva entrega do diploma, para a qual será fixado prazo.
- C) A outorga do registro profissional é ato vinculado, sendo obrigatória a sua concessão ao portador de certidão de conclusão de grau em fisioterapia ou terapia ocupacional, bastando que a instituição de ensino superior seja autorizada pelo Ministério da Educação.
- D) Em situações excepcionais de ausência de documento oficial, o Presidente do Conselho Regional possui competência discricionária para expedir autorização precária permitindo o exercício profissional. A autorização será baseada em juízo de probabilidade e legalidade, bem como estabelecerá prazo para regularização.

CONHECIMENTOS DO EMPREGO**Questão 36**

O controle interno na Administração Pública constitui ferramenta essencial para a boa governança, atuando de forma preventiva e concomitante na gestão dos recursos públicos. Sobre seus conceitos e objetivos, assinale a afirmativa correta.

- A) A principal finalidade do controle interno é apurar responsabilidades e aplicar sanções após a ocorrência de irregularidades, atuando de forma repressiva e corretiva.
- B) O controle interno restringe-se à verificação da legalidade dos atos administrativos, não abrangendo aspectos como eficiência, eficácia e economicidade da gestão pública.
- C) O controle interno é exercido exclusivamente pelo Poder Legislativo, com auxílio dos Tribunais de Contas, para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos pelos demais Poderes.
- D) O controle interno compreende o conjunto de atividades, procedimentos e rotinas desenvolvidos pela própria organização para assegurar que os objetivos sejam alcançados, garantindo a legalidade, eficiência e efetividade dos atos administrativos.

Questão 37

Determinado auditor, durante os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis de uma entidade do setor público, solicitou acesso aos registros contábeis relativos a obrigações trabalhistas e previdenciárias. O diretor do departamento de gestão de pessoas recusou o acesso, alegando que tais informações são protegidas por sigilo fiscal e bancário dos servidores. Em decorrência dessa negativa, o auditor não pôde aplicar os procedimentos de auditoria planejados sobre esse relevante componente das demonstrações contábeis. Considerando que a limitação ao alcance dos exames impede a obtenção de evidência de auditoria suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis em conjunto, o auditor deverá emitir:

- A) Opinião adversa.
- B) Abstenção de opinião.
- C) Opinião modificada, com ressalva.
- D) Opinião não modificada, com parágrafo de ênfase.

Questão 38

Um auditor de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU) foi designado para realizar auditoria em um conselho de fiscalização profissional, autarquia federal, com o objetivo de verificar se os procedimentos de dispensa de licitação adotados pela entidade obedecem às exigências formais da Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos. O foco do trabalho é avaliar a regularidade dos atos administrativos praticados, confrontando-os com os dispositivos legais que regem a matéria. No contexto descrito, a modalidade de auditoria a ser efetivada classifica-se como auditoria:

- A) Financeira.
- B) Normativa.
- C) De legitimidade.
- D) De conformidade.

Questão 39

A Lei nº 9.784/1999 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, na qual o Crefito-5, como autarquia federal, está inserido. À luz da referida legislação, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Em observância ao princípio da oficialidade, o processo administrativo deverá ser iniciado de ofício pela autoridade competente, não sendo admitida a iniciação de processo administrativo a pedido de interessado não integrante da Administração Pública.
- () Desde que com a devida publicação em meio oficial, poderão ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.
- () É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou a autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro. Ainda, pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

A sequência está correta em

- A) V, F, V.
- B) F, F, V.
- C) V, V, F.
- D) F, V, F.

Questão 40

A Portaria SEGECEX nº 40/2018, do Tribunal de Contas da União (TCU), estabelece orientações para o uso de técnicas de amostragem probabilística em auditorias. Com base na referida norma, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao final da coleta de dados, é importante proceder à análise de consistência dos dados coletados. Não é incomum a existência de dados inseridos incorretamente. Por isso, deve-se buscar identificar essas imprecisões e corrigi-las ou excluí-las, conforme o caso. Assim, a equipe deve avaliar os dados, à luz do seu conhecimento acerca do objeto de auditoria, para tentar identificar se a população está completa e se ela não contém itens espúrios.
- II. A amostragem aleatória por conglomerados, muito utilizada na auditoria de demonstrativos financeiros, assume como seu elemento amostral o valor correspondente a uma unidade monetária. Portanto, esse é um método de amostragem estatística em que cada unidade monetária tem uma chance igual de seleção.
- III. A aleatoriedade é a base da teoria probabilística que respalda a realização de inferências populacionais e o cálculo dos níveis de erro e confiabilidade. Funciona como antidoto para vieses conscientes ou inconscientes dos pesquisadores.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 41

João, cidadão brasileiro, protocolou um pedido de acesso à informação junto a uma autarquia federal, solicitando cópias de contratos administrativos firmados nos últimos dois anos. O servidor responsável pelo atendimento exigiu que João apresentasse, por escrito, a fundamentação do pedido, ou seja, os motivos pelos quais desejava ter acesso aos referidos documentos. João atendeu prontamente à exigência. Posteriormente, diante da grande quantidade de documentos a serem reproduzidos (aproximadamente mil e quinhentas páginas), o mesmo servidor informou que o fornecimento das cópias estava condicionado ao pagamento, por parte de João, do valor de R\$ 25,00, a título de ressarcimento pelos custos de reprodução dos documentos. Considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, a conduta do servidor público está:

- A) Integralmente correta, pois a lei exige que o pedido seja motivado e autoriza a cobrança de custos de reprodução, desde que previamente informados ao solicitante.
- B) Integralmente incorreta, pois a lei veda tanto a exigência de motivação quanto a cobrança de custos de reprodução, independentemente da quantidade de documentos.
- C) Parcialmente incorreta, pois a lei proíbe a exigência de motivação para pedidos de acesso a informações de interesse público, mas autoriza a cobrança pelo ressarcimento de custos de reprodução.
- D) Parcialmente incorreta, pois a lei veda a cobrança de qualquer valor para fornecimento de informações, ainda que referente a custos de reprodução, mas admite a exigência de motivação para pedidos de informação.

Questão 42

A autarquia federal responsável pela fiscalização do exercício profissional em determinada área necessita acessar dados pessoais sensíveis de profissionais registrados, como informações de saúde constantes em prontuários médicos, para instruir processos administrativos disciplinares relacionados ao afastamento por motivo de doença. Referido acesso é indispensável para que a autarquia possa cumprir sua obrigação legal de verificar a regularidade das licenças médicas concedidas aos profissionais sob sua supervisão. Considerando as hipóteses de tratamento de dados pessoais sensíveis previstas na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o acesso a tais informações pela autarquia:

- A) Dispensa o consentimento do titular, pois o tratamento é indispensável para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
- B) Requer a anonimização prévia dos dados, de modo que não seja possível identificar o titular, ainda que isso comprometa a finalidade pretendida.
- C) Depende de consentimento prévio, específico e destacado do titular dos dados, por se tratar de dado pessoal sensível, não se aplicando qualquer exceção.
- D) Exige autorização judicial prévia, uma vez que dados sensíveis relacionados à saúde somente podem ser acessados mediante ordem expressa do Poder Judiciário.

Questão 43

Genivaldo é servidor público efetivo lotado no departamento de licitações de uma autarquia federal. Durante a fase de habilitação de um pregão eletrônico destinado à contratação de serviços de limpeza, Genivaldo, por descuido ao digitar os dados de um dos licitantes no sistema informatizado, registrou incorretamente a documentação apresentada, o que levou à inabilitação equivocada da empresa que, tecnicamente, havia cumprido todos os requisitos. Em consequência do erro, sagrou-se vencedor o licitante classificado originalmente em segundo lugar, gerando um prejuízo de R\$ 10.000,00 aos cofres públicos, em razão da diferença de preços entre as propostas. Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que a conduta do servidor:

- A) Configura ato de improbidade administrativa, pois causou prejuízo ao erário, sendo suficiente a demonstração de culpa em sentido amplo para responsabilização por ato de improbidade.
- B) Configura ato de improbidade administrativa, enquadrando-se no art. 10 da lei, que trata de atos que causam prejuízo ao erário, independentemente da presença de dolo, bastando a mera voluntariedade do agente.
- C) Não configura ato de improbidade administrativa, pois ausente o elemento subjetivo doloso, exigido pela lei para caracterização dos atos de improbidade, sendo o mero erro ou culpa insuficiente para responsabilização.
- D) Não configura ato de improbidade administrativa, pois o prejuízo de R\$ 10.000,00 está abaixo do limite mínimo legal para caracterização de improbidade, sendo caso de mera irregularidade administrativa sujeita a sanções disciplinares internas.

Questão 44

À luz do Decreto nº 9.203/2017 (com as alterações trazidas pelo Decreto nº 9.901/2019), que dispõe sobre a política de governança da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, analise as afirmativas a seguir.

- I. A governança pública é definida como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
- II. São princípios da governança pública, entre outros, a capacidade de resposta, a integridade, a confiabilidade, a melhoria regulatória, a prestação de contas e responsabilidade e a transparência.
- III. A alta administração dos órgãos e entidades deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos, sendo permitida a implementação e aplicação de forma assistemática, desde que estruturada e documentada, subordinada ao interesse público.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 45

Considerando que a Constituição Federal de 1988 determina que integram o sistema de orçamentação e planejamento governamental o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Em uma sociedade, o tipo do orçamento público está ligado ao grau de participação dos poderes na elaboração da peça orçamentária e na alocação dos recursos. Como no Brasil participam ativamente desse processo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, é correto afirmar que seu orçamento é do tipo “compartilhado”.
- () Um dos princípios que regem o ciclo orçamentário brasileiro é o da exclusividade, segundo o qual apenas podem constar da LOA dispositivos relacionados à previsão das receitas e à fixação das despesas. Uma exceção, contudo, é admitida: a previsão, na Lei Orçamentária, de dispositivos que alterem alíquotas dos chamados tributos extrafiscais (IPI, II e IE, por exemplo).
- () O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, sendo sua vigência do segundo ano de um mandato presidencial até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, F.
- C) V, F, V.
- D) F, F, V.

Questão 46

Carlos, contador de uma autarquia federal, recebeu a nota fiscal e o comprovante de entrega de materiais de expediente adquiridos pela entidade através do processo licitatório. Antes de verificar se os produtos estavam em conformidade com as especificações contratadas e se a entrega havia sido realizada corretamente, Carlos ordenou o pagamento ao fornecedor. Posteriormente, ao realizar a conferência, constatou que parte dos materiais apresentava defeitos e não atendia ao edital da licitação. Considerando as disposições legais sobre a execução da despesa orçamentária no Brasil, é correto afirmar que a conduta de Carlos:

- A) Está correta, pois a liquidação é etapa posterior ao pagamento, destinada apenas a registrar a quitação da obrigação nos sistemas contábeis.
- B) Está correta, pois o pagamento pode ser realizado a qualquer momento após o empenho, independentemente da liquidação, desde que haja dotação orçamentária disponível.
- C) Está incorreta, porque, embora a liquidação seja obrigatória, o ordenamento jurídico admite sua realização após o pagamento em casos de comprovada urgência, o que não se aplica à situação descrita.
- D) Está incorreta, pois o pagamento da despesa só pode ser efetuado após a sua regular liquidação, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Questão 47

O prefeito do município de Boa Esperança, recém-empossado, pretende implementar um programa de incentivos fiscais para atrair novas empresas para a cidade, concedendo isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto Sobre Serviços (ISS) por cinco anos. Antes de enviar o projeto de lei à câmara municipal, solicitou à sua equipe técnica que avaliasse a viabilidade da proposta. Considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a concessão do referido incentivo fiscal:

- A) Não exige qualquer comprovação prévia, pois a renúncia de receita é ato discricionário do chefe do Executivo, limitando-se à aprovação do projeto pela câmara municipal.
- B) Dependerá exclusivamente de autorização do Tribunal de Contas do Estado, que atestará a conveniência e oportunidade do incentivo fiscal para o desenvolvimento econômico local.
- C) Será automaticamente vedada, uma vez que a LRF proíbe expressamente qualquer tipo de renúncia de receita por parte dos municípios, independentemente da existência de medidas compensatórias.
- D) Dependerá de comprovação de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais, ou deverá estar acompanhada de medidas de compensação, como aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas ou da ampliação da base de cálculo de outros tributos.

Questão 48

Determinada prefeitura de um município de médio porte pretende contratar empresa especializada para a realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado instalados nos prédios públicos municipais, incluindo limpeza, troca de filtros, reposição de peças e ajustes elétricos, com o objetivo de preservar as características originais dos equipamentos. O edital prevê especificações técnicas detalhadas e objetivas para a execução dos serviços. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o pregão:

- A) Poderá ser utilizado, desde que o valor estimado da contratação não ultrapasse o limite estabelecido para dispensa de licitação, hipótese em que a modalidade se torna facultativa.
- B) Não pode ser utilizado, pois a manutenção de aparelhos de ar-condicionado classifica-se como serviço de engenharia, vedado para essa modalidade, independentemente da natureza do serviço.
- C) Não pode ser utilizado, pois a lei veda a aplicação dessa modalidade a qualquer serviço prestado por profissional habilitado em engenharia, ainda que se trate de serviços de manutenção rotineira.
- D) Poderá ser utilizado, pois a legislação autoriza expressamente a contratação de serviços comuns de engenharia por meio dessa modalidade, quando objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade e destinados à manutenção com preservação das características originais dos bens.

Questão 49

Durante o pregão eletrônico realizado por uma autarquia federal para contratação de serviços de limpeza e conservação, a empresa Alpha Serviços Ltda. apresentou em sua documentação de habilitação um atestado de capacidade técnica falsificado, com o objetivo de comprovar experiência anterior inexistente. Após a fase de julgamento, mas antes da homologação, a comissão de licitação descobriu a fraude por meio de diligências e consultas a órgãos públicos. Instaurado o competente processo administrativo, com garantia de ampla defesa e contraditório, restou comprovada a falsidade documental. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre as infrações administrativas e respectivas sanções, é correto afirmar que a conduta da empresa:

- A) Constitui infração administrativa passível de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, que produzirá efeitos em todos os entes federativos, pelo prazo máximo de cinco anos.
- B) Constitui infração administrativa, mas a falsificação documental não se enquadra nas hipóteses legais que autorizam a aplicação de sanção restritiva do direito de licitar, cabendo apenas multa e advertência.
- C) Constitui infração administrativa passível de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que produzirá efeitos apenas no âmbito do órgão ou entidade que a aplicou, pelo prazo mínimo de três e máximo de seis anos.
- D) Constitui infração administrativa passível de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que produzirá efeitos em toda a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três e máximo de seis anos.

Questão 50

Em relação às diferentes espécies de controle exercidas sobre a Administração Pública no ordenamento jurídico brasileiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle administrativo decorre do poder de autotutela que a Administração exerce sobre seus próprios atos, podendo ser exercido de ofício quanto aos aspectos de legalidade e de mérito, permitindo a anulação de atos ilegais e a revogação de atos inconvenientes ou inoportunos.
- II. O controle legislativo, também denominado controle parlamentar, é exercido exclusivamente de forma indireta, por meio dos Tribunais de Contas, que possuem competência para julgar as contas dos administradores públicos e aplicar sanções previstas em lei.
- III. O controle judicial limita-se à análise da legalidade dos atos administrativos, não podendo o Poder Judiciário adentrar no mérito administrativo, ainda que para examinar a observância dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e II.
- D) I e III.

ATENÇÃO

NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

